

Fonte O Estado de São Paulo

Class.: 100

Data 20 de Junho de 1975

Pg.: \_\_\_\_\_

## *A ruptura entre a Funai e o Cimi*

A atual administração da Fundação Nacional do Índio (Funai), depois de ter declarado ser de sua política manter um diálogo enriquecedor com sertanistas, antropólogos e missionários, acaba de adotar uma medida que equivale simplesmente a cassar a palavra a um de seus interlocutores — o Conselho Indigenista Missionário, ora proibido de transitar livremente pelas reservas sob responsabilidade direta da Fundação.

É lamentável que um problema tão espinhoso, o do acesso aos benefícios da vida nacional dos remanescentes grupos indígenas brasileiros, sem lhes ferir a individualidade, sem lhes romper os laços sociais e sem privá-los do acervo cultural tão penosamente acumulado, fique à mercê da susceptibilidade de dirigentes que tudo deveriam fazer para somar forças e evitar que a política indigenista voltasse a ser elaborada em gabinetes por teóricos ou burocratas sem vivência alguma do problema indígena.

É uma surpresa desagradável para nós, que podemos avaliar a responsabilidade assumida pelo general Ismarth de Araujo Oliveira, quando de sua indicação, no ano passado, e destacar a grande vontade de acertar inicialmente demonstrada.

No ofício com que transmitiu sua decisão ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) o general presidente da Funai lembra essa abertura inicial: "Ao autorizarmos todos os membros do Cimi a visitarem áreas indígenas, tínhamos em mente que seriam mais olhos a verem os problemas, auxiliando-nos na busca de soluções racionais". Agora, o general Ismarth recua de seus propositos, diante de "atitudes descabidas e, por que não dizer, grosseiras por parte de elementos do Cimi". A atitude grosseira consistiria sobretudo em "declarações isoladas de integrantes do Conselho (que) são levadas diretamente à imprensa, espancando e ferindo o princípio de lealdade que já existia em nosso relacionamento".

Perguntáramos ao general Ismarth se o corretivo aplicado não ultrapassa de muito as eventuais ofensas feitas ao pacto de cavalheiros que pensou firmar entre o Cimi e a Funai. E se as críticas de elementos do Cimi não foram tomadas como ofensas, menos pelo seu teor e conteúdo do que em função dos ressentimentos comuns a autoridades que confundem hierarquia e liderança, acatamento e subserviência. Pois, se a ofensa se configurou em "declarações isoladas", por que a proibição extensiva a todo o órgão? E se as declarações foram levadas diretamente à imprensa, qual a lealdade que mais importa preservar: a lealdade dos membros do Cimi e dos religiosos à causa indígena, que sempre "seriam mais olhos a verem o problema", ou o compromisso de encaminhar as críticas primeiro aos quadros funcionais da Funai?

Não há motivos para que os problemas observados nas reservas não sejam debatidos entre os missionários; nem para que fiquem selados em dossiês secretos, remetidos em mala direta para a Funai. O general Ismarth tem acesso à imprensa, como os missionários tiveram, para rebater as críticas e desfazer os equívocos. E se o assunto deve ser tratado com competência, não será por isso que deixará de ser de interesse público, ou que passará a matéria de segurança nacional. E será sempre melhor que as críticas, por mais contundentes que sejam, venham de elementos experientes e idôneos, que de arrivistas irresponsáveis a levarem para a imprensa, sobretudo estrangeira, fabulas sobre genocídio e extermínio de índios com bombardeios de napalm.

Se a Funai não dispõe de serenidade para enfrentar denúncias idôneas e prefere fechar os olhos à sorte de grupos étnicos em vias de desaparecimento, pela constante invasão de suas terras, pela violação e desagregação de sua cultura e até pela contaminação levada a eles pelas frentes pioneiras, ditas civilizadas, quem acreditará seja ela capaz de viver para suas finalidades no choque com grupos poderosos, apoiados por outros órgãos do próprio Ministério do Interior. Qual é a credibilidade que se pode construir sobre a sonegação de informações e a fuga a qualquer exame e crítica?

O rompimento entre a Funai e o Cimi prenuncia a volta aos velhos tempos, em que se ocultavam fatos, se ignoravam denúncias e a política indigenista era pautada cegamente pela insensibilidade pretensiosa dos burocratas.